

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 080/2026

Órgão/Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOCANTINÓPOLIS

Unidade Demandante: Secretaria Municipal de Assistência Social

1. INTRODUÇÃO

- a) O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 6º, inciso XX, e do art. 18, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação, apresentar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, bem como subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a deflagração do competente procedimento licitatório.

2. OBJETO DO ESTUDO

- a) Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de Cestas Básicas, compreendidas como conjunto de alimentos e produtos essenciais voltados à garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos programas, projetos e serviços vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

3. UNIDADE REQUISITANTE

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social, sob gestão da Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social., Sra. Veronica Rufino Macedo.

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

- a) A presente contratação tem por finalidade atender à demanda contínua do Fundo Municipal de Assistência Social de Tocantinópolis/TO quanto ao fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas para distribuição às famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos programas, projetos e serviços sócio assistenciais do Município.
- b) A segurança alimentar e nutricional constitui direito fundamental assegurado constitucionalmente e representa fator essencial para a promoção da saúde, da dignidade humana e da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social estão alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, buscando reduzir desigualdades sociais, prevenir situações de risco e assegurar proteção social às famílias assistidas.

- c) O Município desenvolve ações permanentes de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social, especialmente aquelas afetadas por insuficiência de renda, insegurança alimentar, desemprego e demais circunstâncias que comprometam as condições mínimas de subsistência. Para que esse atendimento ocorra com regularidade e eficiência, torna-se imprescindível a aquisição contínua de gêneros alimentícios destinados à montagem de cestas básicas, garantindo suporte alimentar adequado aos beneficiários.
- d) A contratação mostra-se necessária diante da inexistência de estoque próprio suficiente para atender de forma contínua a demanda dos programas vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social, bem como da inviabilidade operacional de aquisições emergenciais e individualizadas sempre que houver necessidade de distribuição.
- e) A estimativa de quantitativos e custos fundamenta-se no histórico de atendimentos realizados pela Assistência Social e na necessidade de assegurar o suporte nutricional básico às famílias beneficiárias, sendo o valor estimado da contratação de R\$ 1.037.733,33 (um milhão, trinta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).
- f) A contratação por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração, considerando que:
- g) Assegura maior competitividade e economicidade nas aquisições públicas;
- h) Permite aquisições parceladas conforme a demanda efetiva da Secretaria;
- i) Evita desperdícios e perecimento de produtos em estoque;
- j) Proporciona maior eficiência logística e administrativa;
- k) Garante regularidade no abastecimento e continuidade das ações sócio assistenciais;
- l) Assegura padronização das cestas básicas distribuídas às famílias atendidas.
- m) Além disso, a especialização dos fornecedores contribui para o fornecimento de produtos com padrões adequados de qualidade, segurança alimentar e conformidade sanitária, atendendo às exigências da legislação vigente.
- n) Trata-se de aquisição de bens comuns, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, vinculada à execução das políticas públicas de assistência social, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e supremacia do interesse público.

4.5 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA

- a) A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo do Fundo Municipal de Assistência Social e às ações previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA, Plano Plurianual – PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do Município.
- b) Embora o Município ainda esteja em fase de consolidação formal do Plano de Contratações Anual – PCA, a demanda integra as ações permanentes da política pública de assistência social e constitui despesa continuada necessária à manutenção dos serviços sócio assistenciais.
- c) A contratação guarda compatibilidade com:
- d) Manutenção das ações do Fundo Municipal de Assistência Social;
- e) Programas de proteção social básica;
- f) Ações de combate à insegurança alimentar;
- g) Atendimento eventual às famílias em situação de vulnerabilidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá:

- a) A contratação deverá observar os requisitos mínimos necessários para garantir o adequado fornecimento das Cestas Básicas destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos programas vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social, conforme segue:
- b) A empresa contratada deverá atuar no ramo pertinente ao objeto da contratação, comprovando regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Os gêneros alimentícios deverão ser entregues em conformidade com as especificações, quantidades, marcas de referência (quando houver), padrões de qualidade e prazos estabelecidos no Termo de Referência.
- d) Todos os produtos deverão possuir prazo de validade compatível com o consumo, observando-se prazo mínimo de 12 meses. Administração no momento da entrega, bem como apresentar condições adequadas de armazenamento, conservação e acondicionamento.
- e) Os alimentos deverão atender às normas sanitárias vigentes, especialmente às disposições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes, sendo vedado o fornecimento de produtos deteriorados, adulterados, violados ou impróprios para consumo.
- f) As cestas básicas deverão ser montadas e entregues devidamente embaladas, de forma a garantir a integridade dos produtos durante o transporte e armazenamento.
- g) A entrega deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, nos locais e prazos previamente definidos pela Administração.
- h) A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, embalagem, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- i) A futura contratação deverá ser formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, considerando a natureza eventual e variável da demanda, possibilitando maior eficiência administrativa e economicidade.
- j) A empresa contratada deverá substituir, no prazo estipulado pela Administração, quaisquer produtos entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem vícios, defeitos ou inadequações quanto à qualidade.
- k) A contratação deverá observar os princípios da economicidade, eficiência, interesse público, sustentabilidade e continuidade dos serviços sócio assistenciais prestados pelo Município.

5.1. Capacidade Técnica

A licitante deverá apresentar:

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento satisfatório de gêneros alimentícios em quantidades compatíveis com o objeto licitado.

b) Comprovação de regularidade no ramo de comércio atacadista ou varejista de alimentos (CNAE pertinente).

c) Documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, conforme arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	QTD.	UNI.	DESCRIÇÃO DO OBJETO
1	8.000	CESTA BÁSICA	ARROZ: BENEFICIADO\ TIPO AGULHINHA BRANCO, SUBGRUPO: POLIDO, CLASSE LONGO FINO QUALIDADE TIPO 1, EMBALAGEM 5,00 KG
			BISCOITO: SABOR ÁGUA E SAL, TIPO BOLACHA PACOTE 400,00 G
			MACARRÃO: TEOR DE UMIDADE, MASSA PRÉ-COZIDA\ BASE MASSA DE FARINHA DE TRIGO, INGREDIENTES ADICIONAIS; OVOS, TIPO FRESCA\ APRESENTAÇÃO ESPAGUETE, EMBALAGEM 500,00 G
			SAL: TIPO REFINADO\ APLICAÇÃO ALIMENTÍCIA\ TEOR MAXIMO DE SÓDIO 390MG/G\, ADITIVOS: IODATO DE POTASSIO E ANTIUMECTANTE FERROCIANETO DE SACO 1,00 KG
			CAFÉ: APRESENTAÇÃO TORRADO MOÍDO, INTENSIDADE SUAVE, TIPO TRADICIONAL EMPACOTAMENTO, VÁCUO PACOTE 250, G.
			FEIJÃO CARIOCA: GRUPO I, TIPO I, CLASSE CORES, (DEVE ESTAR INSENTO DE MOFO, ODORES, SUBSTÂNCIA NOCIVAS. NÃO DEVE APRESENTAR, CARUNCHOS E PEDRAS – 1,00 KG
			AÇUCAR: TIPO CRISTAL, PRAZO VALIDADE MÍNIMA 12 MESE, EMBALAGEM 2,00 KG.
			FARINHA DE MILHO: GRÃO AMARELO, TIPO: FLOCADA, APRESENTAÇÃO: PRÉ-COZIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAL: TRANSGÊNICO, INGREDIENTE ADICIONAL: FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, EMBALAGEM 500,00 G.
			ÓLEO: VEGETAL COMESTÍVEL, TIPO: PURO, ESPÉCIE VEGETAL SOJA; TIPO QUALIDADE TIPO 1, EMBALAGEM 900,00 ML.
			CARNE DE AVE: IN NATURA, TIPO ANIMAL: FRANGO ESPECIAL, TIPO CORTE COM MUIDOS, SEM CABEÇA\ APRESENTAÇÃO INTERNO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO: CONGELADO, PROCESSAMENTO: COM PELE, COM OSSO, NO MINIMO 2 KG.
			MASSA DE TOMATE: TIPO MOLHO DE PRONTO, COMPOSIÇÃO TRADICIONAL, APRESENTAÇÃO, LIQUIDO, EMBALAGEM 340,00 G.
			PEIXE: EM CONSERVA, VARIEDADE SARDINHA, APRESENTAÇÃO DESCABEÇADA E EVISCERADA, MEIO DE COBERTURA: COM ÓLEO COMESTÍVEL, EMBALAGEM 125,00 G.
			LEITE EM PÓ: ORIGEM DE VACA, TEOR GORDURA INTEGRAL, SOLUBILIDADE: INSTANTÂNEO, EMBALAGEM 400,00 G.

5.3. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DE PREÇOS

- a) A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada com fundamento em ampla pesquisa de mercado, realizada em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando parâmetros oficiais e fontes idôneas de consulta.
- b) Para formação dos preços referenciais, foram consideradas consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, ao Painel de Preços do Governo Federal, a contratações públicas similares realizadas por outros entes da Administração Pública, bem como cotações diretas obtidas junto a fornecedores do ramo alimentício. Os valores de referência foram definidos a partir da média aritmética das cotações válidas coletadas, conforme demonstrativos e planilhas integrantes do processo administrativo.
- c) No levantamento de mercado realizado, verificou-se a existência de ampla oferta de fornecedores aptos ao fornecimento dos gêneros alimentícios que compõem as cestas básicas, abrangendo empresas de atuação local, regional e nacional, incluindo supermercados, atacadistas, distribuidores e empresas especializadas no fornecimento de alimentos para órgãos públicos.
- d) Também foram identificadas empresas com capacidade técnica compatível com o objeto pretendido e experiência anterior no fornecimento à Administração Pública, fator que evidencia a viabilidade da contratação e assegura competitividade suficiente para a realização do certame licitatório.
- e) O objeto da contratação enquadra-se como fornecimento de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de qualidade, desempenho e especificações técnicas dos gêneros alimentícios podem ser objetivamente definidos no edital, mediante características usuais de mercado e observância das normas sanitárias expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- f) Após análise das alternativas disponíveis, concluiu-se que a solução mais vantajosa para a Administração consiste na realização de Pregão Eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns com demanda futura, variável e de fornecimento parcelado.
- g) A adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona maior eficiência administrativa, flexibilidade nas aquisições conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, redução de desperdícios, melhor controle logístico e economicidade na aplicação dos recursos públicos, além de garantir maior agilidade no atendimento das demandas sócio assistenciais do Município.

h) Valor estimado total: R\$ 1.037.733,33 (Um milhão, trinta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

6 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- a) A solução proposta consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas, por meio de Pregão Eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços, utilizando o critério de julgamento pelo menor preço global por lote, visando atender às demandas do Fundo Municipal de Assistência Social.

b) A contratação contempla o fornecimento integral dos itens que compõem as cestas básicas, incluindo, quando exigido pela Administração, a montagem, acondicionamento e entrega dos kits devidamente organizados, conforme especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência.

c) O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Fornecimento, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, possibilitando maior controle do consumo, redução de desperdícios e garantia de produtos dentro do prazo adequado de validade.

d) A solução adotada busca assegurar regularidade no abastecimento, padronização das cestas básicas, eficiência logística e agilidade no atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos programas, projetos e serviços sócio assistenciais do Município.

e) O agrupamento dos itens em lote único mostra-se adequado em razão da natureza integrada da solução, considerando que a cesta básica constitui unidade funcional destinada à distribuição imediata aos beneficiários, sendo necessária a entrega simultânea de todos os itens para garantir efetividade à política pública de assistência social.

f) Além do fornecimento dos produtos, a solução compreende a responsabilidade da contratada quanto ao transporte, carga, descarga, acondicionamento e demais procedimentos necessários à correta execução contratual, observando as normas sanitárias, de segurança alimentar e de sustentabilidade aplicáveis.

g) A adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo aquisições conforme a demanda efetiva da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, assegurando economicidade, eficiência e melhor gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, a solução escolhida apresenta-se como a mais adequada para atender ao interesse público, garantindo continuidade das ações sócio assistenciais e segurança alimentar das famílias beneficiárias, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021

7. SOLUÇÃO ADOTADA E JUSTIFICATIVA

a) A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade compatível com a legislação vigente, para Registro de Preços visando à futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de Cestas Básicas a serem distribuídas às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos programas, projetos e serviços vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

b) A contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a demanda possui caráter eventual, variável e estimado, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato de cestas básicas a serem adquiridas ao longo da vigência da contratação.

c) A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, pois proporciona maior flexibilidade nas aquisições, permitindo o fornecimento parcelado conforme a necessidade do Município, evitando desperdícios, reduzindo custos operacionais e garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

d) A solução escolhida também assegura maior competitividade entre os fornecedores, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas, além de garantir

agilidade no atendimento das demandas emergenciais da política de assistência social, especialmente nos casos de famílias em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade temporária.

e) A contratação de empresa especializada no ramo possibilita, ainda, maior controle da qualidade dos produtos fornecidos, regularidade no abastecimento, padronização das cestas básicas e cumprimento das normas sanitárias aplicáveis, contribuindo para a continuidade e efetividade das ações sócio assistenciais desenvolvidas pelo Município.

f) Dessa forma, conclui-se que a solução adotada atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade dos serviços públicos, revelando-se técnica e administrativamente viável para suprir a necessidade identificada pela Administração.

8 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- a) A presente contratação possui relação com:
- b) Programas de assistência social;
- c) Ações de proteção social básica;
- d) Benefícios eventuais;
- e) Planejamento orçamentário do Fundo Municipal de Assistência Social.
- f) Não há necessidade de contratação interdependente adicional para execução do objeto.

9 IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

- a) A contratação deverá observar práticas sustentáveis, buscando:
- b) Redução de desperdícios;
- c) Melhor acondicionamento dos alimentos;
- d) Racionalização logística;
- e) Utilização adequada de embalagens.
- f) A contratada deverá:
- g) Realizar transporte adequado;
- h) Evitar perdas de produtos;
- i) Adotar boas práticas sanitárias;
- j) Priorizar embalagens recicláveis quando possível sem alterar a validade e qualidade do produto.
- k) A Administração realizará aquisições conforme demanda efetiva, evitando:
- l) Estoque excessivo;
- m) Vencimento de produtos;
- n) Descarte desnecessário de alimentos.
- o) A futura contratação deverá observar, sempre que possível, critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, buscando promover o uso racional de recursos, a redução de desperdícios e a minimização de impactos ambientais decorrentes da execução contratual.
- p) A contratada deverá adotar boas práticas relacionadas ao acondicionamento, armazenamento, transporte e entrega dos gêneros alimentícios, visando preservar a qualidade dos produtos e evitar perdas e desperdícios durante toda a cadeia de fornecimento.

- q) Sempre que viável, poderão ser priorizados produtos com embalagens adequadas e recicláveis, bem como fornecedores que demonstrem compromisso com práticas sustentáveis e responsabilidade socioambiental, observadas as condições de competitividade e economicidade da contratação.
- r) A Administração também buscará promover o consumo consciente, realizando aquisições conforme a demanda efetiva da Assistência Social, evitando estoques excessivos, vencimento de produtos e descarte desnecessário de alimentos.
- s) Além do aspecto ambiental, a contratação possui relevante caráter social, uma vez que visa assegurar a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social, contribuindo diretamente para a promoção da dignidade da pessoa humana e redução das desigualdades sociais no âmbito do Município.

9. ANÁLISE DE RISCOS

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Ação de Mitigação / Contingência
Atraso na entrega dos gêneros alimentícios	Média	Alto	Previsão de multas contratuais rigorosas e possibilidade de cancelamento da ata com convocação do segundo colocado.
Produtos entregues com prazo de validade curto ou vencidos	Baixa	Muito Alto	Conferência rigorosa no ato da entrega (mínimo 12 meses de validade) e obrigatoriedade de substituição em 48h.
Embalagens violadas ou produtos danificados	Média	Médio	Registro em ata de recebimento e exigência de reposição imediata pela contratada.
Inexecução contratual (empresa não suporta a demanda)	Baixa	Alto	Exigência de índices de solvência financeira e atestados de capacidade técnica compatíveis na fase de habilitação.

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Ação de Mitigação / Contingência
Oscilação de preços de mercado (inflação de alimentos)	Alta	Médio	Cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro conforme art. 124 da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental.

10. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

- a) O objeto da presente contratação enquadra-se como fornecimento de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os gêneros alimentícios destinados à composição das cestas básicas possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- b) A contratação será realizada mediante Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a demanda é de natureza futura, eventual e variável, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato necessário durante a vigência da ata.
- c) O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, observando-se as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do processo administrativo.
- d) Dessa forma, o objeto não envolve atividade predominantemente intelectual, técnica especializada ou serviço de engenharia, tratando-se de aquisição comum de mercado, cuja seleção da proposta mais vantajosa poderá ocorrer por meio do critério de julgamento de menor preço, observados os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

11. PARCELAMENTO

- a) O objeto da contratação será executado de forma **parcelada quanto às entregas**, considerando a natureza da demanda e a dinâmica de atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social assistidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.
- b) O parcelamento do fornecimento é tecnicamente viável e necessário, uma vez que permite à Administração realizar as solicitações conforme a demanda real, a disponibilidade orçamentária e a necessidade de atendimento contínuo das ações sócio assistenciais, evitando a formação de estoques excessivos e a perda de produtos perecíveis ou com prazo de validade limitado.
- c) As entregas dos gêneros alimentícios destinados à composição das cestas básicas ocorrerão de forma fracionada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, conforme quantitativos previamente solicitados pela Administração, respeitando os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

11.1 JUSTIFICATIVA DO LOTE ÚNICO (AGRUPAMENTO)

- a) O objeto será licitado em **lote único (global)**, compreendendo o conjunto de gêneros alimentícios necessários à composição das cestas básicas, conforme detalhamento constante neste Estudo Técnico Preliminar.
- b) A opção pelo agrupamento dos itens em lote único visa garantir a **integridade logística, padronização do benefício social e eficiência operacional**, considerando que a cesta básica constitui uma unidade funcional destinada à entrega simultânea aos beneficiários.
- c) A divisão do objeto em itens isolados poderia ocasionar riscos relevantes à execução da política pública, tais como: descompasso nas entregas, atraso na montagem das cestas, aumento dos custos administrativos de recebimento e conferência, além de possível comprometimento da continuidade do atendimento às famílias assistidas.
- d) Assim, o agrupamento preserva a **economia de escala, a eficiência administrativa e a padronização da solução**, não configurando fracionamento indevido, uma vez que a cesta básica representa um conjunto indivisível voltado ao atendimento final do interesse público, nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

13. VIABILIDADE

- a) Com base na análise realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas, por meio de Sistema de Registro de Preços, com julgamento em lote único.
- b) Do ponto de vista técnico, o objeto é plenamente executável, uma vez que os gêneros alimentícios pretendidos são amplamente disponíveis no mercado, com especificações usuais e padrões de qualidade consolidados, não exigindo soluções complexas ou tecnologia especializada para sua execução.
- c) Sob o aspecto operacional, a adoção do modelo de fornecimento parcelado, aliado ao agrupamento em lote único, mostra-se adequado à dinâmica do serviço sócio assistencial, permitindo maior controle logístico, padronização das cestas básicas e atendimento eficiente às demandas variáveis da Administração.
- d) Quanto à viabilidade econômica, a solução proposta tende a proporcionar maior economicidade, em razão da economia de escala obtida pelo agrupamento dos itens em lote único, além da redução de custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos, recebimentos e conferências separadas.
- e) Ademais, o Sistema de Registro de Preços confere flexibilidade à Administração, permitindo contratações conforme a necessidade efetiva, evitando desperdícios e melhorando a gestão dos recursos públicos.
- f) Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável e adequada ao interesse público, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade dos serviços sócio assistenciais prestados pelo Município.

14. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

- a) A presente contratação será custeada com recursos próprios do Fundo Municipal de Assistência Social, devendo observar a disponibilidade orçamentária e financeira

- prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício correspondente, bem como no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), quando aplicável.
- b) Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, não há obrigatoriedade de empenho prévio do valor total estimado da contratação, mas apenas dos quantitativos efetivamente demandados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o que contribui para maior controle e previsibilidade do gasto público.
 - c) O impacto orçamentário-financeiro será variável e proporcional às solicitações realizadas pela Administração, conforme a necessidade de atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social, não sendo possível, neste momento, a definição exata do consumo total ao longo do exercício.
 - d) A estimativa de custos foi elaborada com base em pesquisa de preços de mercado, contratações similares de outros órgãos públicos e parâmetros oficiais de preços, garantindo compatibilidade com os valores praticados no mercado e observância ao princípio da economicidade.
 - e) Ressalta-se que a execução da despesa somente ocorrerá mediante prévia dotação orçamentária e emissão da respectiva nota de empenho, em conformidade com a legislação vigente, assegurando o adequado controle e responsabilidade fiscal.
 - f) Dessa forma, conclui-se que a contratação é compatível com a capacidade orçamentária do Município, não comprometendo o equilíbrio das contas públicas e observando os limites legais de execução da despesa.

15. CONCLUSÃO

- a) Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, econômica, jurídica e administrativa da futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas, por meio do Sistema de Registro de Preços, com julgamento em lote único, para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social.
- b) A solução proposta mostra-se adequada ao interesse público, uma vez que assegura a segurança alimentar e nutricional da população em situação de vulnerabilidade social, além de proporcionar maior eficiência administrativa, padronização das cestas básicas, otimização logística e melhor gestão dos recursos públicos.
- c) Verifica-se que o modelo adotado permite flexibilidade na execução, adequação às demandas variáveis do Município, redução de desperdícios e continuidade das ações sócio assistenciais, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento.
- d) Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento do procedimento licitatório, com vistas à formalização da Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Tocantinópolis/TO, 07 de maio de 2026.



Walderice Santos Silva
Secretaria Executiva Administrativo do Fundo
Municipal de Assistência Social